

**ECONOMIA SOLIDÁRIA POSSIBILIDADE DE PRÁTICA EDUCATIVA NO PROEJA/IFPI**  
**SOLIDARITY ECONOMY POSSIBILITY OF EDUCATIONAL PRACTICE IN PROEJA/IFPI**  
**ECONOMÍA SOLIDARIA POSIBILIDAD DE PRÁCTICA EDUCATIVA EN EL PROEJA /IFPI**

Edson Trajano Vieira

Professor Doutor da Universidade de Taubaté (UNITAU).  
Taubaté-SP, Brasil.  
[edson.trajano@pq.cnpq.br](mailto:edson.trajano@pq.cnpq.br)

Leonardo Santos da Silva

Professor Mestre do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).  
São Luís-MA, Brasil.  
[leo57leo91@gmail.com](mailto:leo57leo91@gmail.com)

## Resumo

Este estudo aborda a Economia Solidária como prática educativa na Educação de Jovens e Adultos no Curso Técnico em Cozinha, do IFPI, Campus Teresina Zona Sul. Possui o objetivo geral de analisar as práticas da economia solidária em sala de aula, como uma inserção no mundo do trabalho. Para tanto, foi necessário analisar as particularidades da economia solidária na modalidade PROEJA e discutir sobre um fazer para lograr êxito no mundo do trabalho. Fez-se uso metodológico de abordagem quali-quantitativa de objetivo exploratório e procedimentos bibliográfico, documental e de campo; sua fonte para análise, Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), registros escolares, aplicação de questionários com ex-alunos, entrevistas com coordenador de curso e equipe pedagógica. Foi revelada a ausência de abordagens em sala de aula que contextualizem o mundo do trabalho. Identifica ainda que 57% dos alunos permanecem em situação de desemprego e 33% de subempregados, mesmo depois de formados. Esse cenário demonstra a necessidade de um planejamento educacional que amplie as capacidades do aluno para o mundo do trabalho. A relevância apontada pela economia solidária revela semelhanças sobre as habilidades e as competências aos fins educacionais e aos objetivos dos discentes em facilitar esse caminho pelo intermédio da organização de atividades coletivas de economia solidária e pela formação de valores do pensar e agir coletivo, solidariedade, autonomia, exercício da cidadania, cooperação, autogestão, respeito à natureza e realização de comércio justo. Contudo, sem pretensões de esgotar as possibilidades teóricas e práticas, este estudo traz contribuições para abordagens acerca do mundo do trabalho na Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Local. Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos.

## Abstract

This study approaches on the Solidarity Economy, as an educational practice, in the Education of Young and Adults, of the Technical Course in Cooking, of the IFPI, Campus Teresina Zona Sul. In order to analyze the practices of Solidarity Economy in the classroom, as insertion in the world of work. For this, it was necessary to analyze the particularities of the Solidarity Economy on the modality PROEJA and to discuss about a doing, to achieve success in the world of work. Methodological use, qualitative and quantitative approach of exploratory objective and bibliographic, documentary and field procedures, its source for analysis, Political Educational Project (PPP), Institutional Development Project (PDI), school records, questionnaire application with alumni, interviews with course coordinator and pedagogical team. It was revealed, lack of classroom approaches, that contextualize the world of work. It also identifies that 57% of students remain unemployed, and 33% underemployed, even after graduating. This scenario demonstrates the need for educational planning that extends the student's capabilities to the world of work. The relevance of Solidarity Economy reveals similarities about the abilities and competences of the students' educational goals and objectives, to facilitate this path through the organization of collective solidarity economy activities and the formation of values of collective thinking and action, solidarity, autonomy, exercise of citizenship, cooperation, self-management, respect for nature and fair trade. However, with no pretensions to exhausting the theoretical

*Artigo recebido em novembro de 2017. Aprovado em maio de 2019.*

and practical possibilities. This study brings contributions to approaches the world of work in youth and adult education.

**Key words:** Management and Regional Development. Solidarity economy. Education for young and adults.

## Resumen

Este estudio aborda sobre la Economía Solidaria, como práctica educativa, en la Educación de Jóvenes y Adultos, del Curso Técnico en Cocina, del IFPI, Campus Teresina Zona Sur. Posee el objetivo general de analizar las prácticas de la Economía Solidaria en el aula, como inserción en el mundo del trabajo. Para tanto, fue necesario analizar, las particularidades de la Economía Solidaria sobre la modalidad PROEJA y discutir sobre un hacer, para lograr éxito en el mundo del trabajo. Se hizo uso metodológico de abordaje cuali-cuantitativo de objetivo exploratorio y procedimiento bibliográfico, documental y de campo, su fuente para análisis, Proyecto Político Pedagógico (PPP), Proyecto de Desarrollo Institucional (PDI), registros escolares, aplicación de cuestionarios con ex alumnos, entrevistas con coordinador de curso y equipo pedagógico. Se han revelado, ausencia de enfoques en el aula, que contextualizan el mundo del trabajo. Identifica además que el 57% de los alumnos, permanece en situación de desempleo, y el 33% subempleado, incluso después de graduados. Este escenario, demuestra la necesidad de una planificación educativa, que amplíe las capacidades del alumno para el mundo del trabajo. La relevancia apuntada por la Economía Solidaria, revela semejanzas sobre las habilidades y competencias a los fines educativos y objetivos de los discentes, en facilitar ese camino, por intermedio de la organización de actividades colectivas economía solidaria y por la formación de valores del pensar y actuar colectivo, solidaridad, autonomía, ejercicio de la ciudadanía, cooperación, autogestión, respeto a la naturaleza y comercio justo. Sin embargo, sin pretensiones de agotar las posibilidades teóricas y prácticas, se espera contribución, para enfoques en la Educación de Jóvenes y Adultos frente al mundo del trabajo.

**Palabras clave:** Desarrollo Regional. Economía Solidaria. Educación de Jóvenes y Adultos.

## INTRODUÇÃO

O histórico de privação de diversos elementos, como oportunidade de trabalho, renda e educação, que contribuem para facilitar a ascensão social e apropriação dos bens que nossa sociedade produz, marca o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, configurados, também, nas políticas públicas da educação nacional.

O objetivo deste estudo, foi pesquisar a possibilidade da economia solidaria, como prática educativa para propiciar melhorias de inserção dos alunos ao mundo do trabalho do Curso Técnico em Cozinha do PROEJA do Instituto Federal do Piauí, Campus Teresina Zona Sul.

Para este, foi necessário, a análise das particularidades da Economia Solidaria sobre a modalidade PROEJA e discutir sobre um fazer, para lograr êxito no mundo do trabalho, subsidiada pela observação dos documentos, o Projeto Político Pedagógico - PPP, Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI e registros escolares. Frente a realidade dos sujeitos envolvidos, foi realizado entrevista com a equipe pedagógica e coordenação com vistas ao planejamento das ações educativas. Para verificação da percepção dos alunos, sobre sua experiência em sala de aula e contexto atual no mundo do trabalho, foi utilizado, instrumentos de pesquisa: entrevistas e questionários semiestruturados (questões abertas e fechadas). Com tal constatação, verificar quais contribuições e melhorias de práticas educativas, podem ser contempladas na dimensão da contextualização das atividades, disciplinas e ações escolares para inserção ao mundo do trabalho.

Com está elucidação, torna-se necessário atender uma parcela significativa de jovens que passam por cenários problemáticos no âmbito do mundo do trabalho e da educação. O cenário, referido neste estudo, está alinhado aos aspectos das oportunidades de trabalho no primeiro momento, fazendo conexão imediata com a problemática em questão, sobre a eficiência do IFPI Zona Sul em ampliar as capacidades dos alunos, para as oportunidades existentes e autonomia para criação das próprias oportunidades, sendo pontuado e considerado, todo complexo de relações e interações

de instituições, políticas, Estado e sociedade em geral pertinentes ao mundo do trabalho. A classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no setor de serviços, que inicialmente incorporou trabalhadores expulsos do mundo industrial, resultado do processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e a desindustrialização. (ANTUNES; ALVES, 2004).

Assim, torna justificável pensar em uma alternativa de educação que fundamenta a cooperação e a Economia Solidária para enfrentamento desses obstáculos sobre o mundo do trabalho. A Economia Solidária, consubstancia em um tipo de organização, que contempla princípios de cooperação, participação coletiva, autonomia, autogestão, respeito ao meio ambiente e solidariedade, competências de suma importância, para trabalhar como ato educativo (SINGER et al., 2014, p. 13).

A estruturação da Economia Solidária, ao desenvolver os princípios desse tipo de economia, apresenta uma relação viável e adequada na formação dos alunos dessa modalidade de ensino, por receber uma educação contextualizada, em sala de aula, a partir dos problemas e fragilidades que acontecem em suas vidas.

Para conjecturar estas ideias, na seção 2, deste trabalho, faz delineamento dos aspectos conceituais e teóricos da economia solidária, onde foram elencados sucinto resgate histórico, apresentação pelos autores, sobre as características, valores e ações da economia solidária ao paradigma atual do trabalho, tendo como teórico norteador, os estudos do Professor Paul Singer sobre a economia solidária, onde os olhares dos demais autores, subsidiam, pela sua abordagem, que de momento estão alinhadas, aos pressupostos teóricos da economia solidária, com perspectivas mais contemporâneas de funcionamento das estruturas do mundo do trabalho, que muda a todo momento, intensificado, pela globalização e novas tecnologias.

Na seção 3, foi realizada discussão sobre a ocorrência da economia solidária no Brasil, quais ambientes são desenvolvidas e quais agências de amparo e fomento são realizados estes trabalhos, a identificação do perfil dos trabalhadores da economia solidária por meio de suas motivações e a situação das principais conquistas da economia solidária no Brasil.

Seções 4 e 5, ilustra as diretrizes contidas na LDB e MEC sobre os marcos legais, para norteamo e ações da educação, conferindo aspecto importante da obrigatoriedade da modalidade PROEJA, em seguida, observar o que diz Paulo Freire, entre outros autores, sobre a educação para o trabalho, identificando elementos essenciais para uma educação contextualizada e significativa.

Seção 6, foi descrito os conceitos e críticas dos autores que versam sobre o desenvolvimento, dispendo para comparação o que teoriza os autores da educação como Freire e Gadotti, para uma leitura e compressão das particularidades e diferenças sobre esses elementos, esses olhares, que podem ser antagônicos e ou complementares mas, que precisam ser vinculados, sem a perda da essência pragmática de cada pilar, educação, mundo do trabalho e desenvolvimento, para encontrar a interseção destes elementos, em práticas que estejam próximos do coerente e razoável.

A metodologia utilizada, é apresentada na seção 7 por uma abordagem qualitativa de objetivo exploratória e procedimento bibliográfica, documental e de campo, sua fonte para análise, Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), registros escolares, aplicação de questionários com ex-alunos, entrevistas com coordenador de curso e equipe pedagógica. E por fim, nas seções seguintes, as conclusões e resultados da pesquisa.

A relevância do trabalho, compreende o atendimento ao problema real e recorrente, de demanda constante do público da Educação de Jovens e Adultos, por perfazerem um perfil de exclusão socioeconômica, nessas condições, buscam, essa modalidade de ensino nos Institutos Federais, como uma alternativa para superação de sua realidade.

O problema da escassez de trabalho, gerado pela crise no sistema e as dificuldades do curso do PROEJA do Campus Teresina Zona Sul, para inserção dos alunos no mundo do trabalho, bem como a alternativa de uma educação problematizadora que contextualize a realidade dos sujeitos, em sala de aula, é parte central do problema deste estudo.

Surge, por conseguinte, o questionamento: como a Economia Solidária poderá otimizar a inserção do aluno do PROEJA no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, contribuir para uma ação educativa mais eficiente, cidadã e crítica?

Sobre esse questionamento, (FREIRE, 1987, p. 70) recomenda para educação que,

O compromisso verdadeiro com os menos favorecidos implica na transformação da realidade em que se acham oprimidos, reclama uma teoria da ação transformadora, esta não pode deixar de reconhecer-lhes um papel fundamental no processo da transformação.

Considerar por esse prisma, a análise centrada no cenário de Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha, investigar as diretrizes, metodologias e ações educativas que favoreçam a inserção do aluno no mundo trabalho e o quanto essas práticas se aproximam da sua vida, após este, verificar quais possíveis contribuições da Economia Solidária, como meio positivo no universo profissional. A investigação da realidade dos ex-alunos, é preponderante para evidenciar a eficiência das ações da escola, sobre a motivação de conseguir trabalho do público do PROEJA. Para amparar estes esclarecimentos, foi necessário, relacionar e identificar os documentos analisados, os relatos dos trabalhos desenvolvidos pela equipe pedagógica e coordenação de curso.

Esta pesquisa, busca revelar as possíveis contribuições do curso da Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha do Campus Teresina Zona Sul do IFPI, sobre suas preocupações com a inserção ao mundo do trabalho, quais aspectos e elementos, favorecem a permanecem em situação de emprego, desemprego e subemprego. Faz-se necessário, trilhar esse caminho, mesmo inacabado, mas com postura e atitude voltadas para o compromisso com a EJA.

## **2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: aspectos conceituais e teóricos**

A busca por ações, que possam superar a lógica excludente e individualista do sistema capitalista, tem permanecido os esforços de intelectuais de diversas áreas, matéria desafiadora, frente a complexidade das percepções e de uma cultura estabelecida, que norteiam nossas relações, que muitas das vezes, “parecem” como algo inato ao ser, que somente com a reversão cultural, mediada pela educação, seja possível, mudar o modus operandi e conseguir atingir uma missão mais elevada do desenvolvimento humano, que não seja por questões das necessidades básicas dos indivíduos, é nesse cenário, que ocorre os esforços no âmbito da educação e do trabalho.

O trabalho é parte central e particular na forma de disposição e socialização das pessoas, por intermédio deste, que o meio é modificado e onde o sujeito se transforma. As crises recorrentes no sistema capitalista, que em tempos, recorre a novas iniciativas para sua reestruturação, coloca sempre em fragilização as oportunidades de trabalho, acentuadas pelo processo de globalização, novas tecnologias e agenda central neoliberal dos tomadores de decisão no contexto internacional, que vislumbram posição privilegiados sobre as ações sobre um possível “desenvolvimento”. Essa problemática, marcou e estimulou a geração de novas iniciativas de trabalho coletivo denominados economias solidárias.

No quadro abaixo, está descrito, alguns conceitos de Economia Solidária que são teorizados desde o século XVIII e estes aqui elencados, é encontrado na literatura base atual sobre o tema:

Quadro 01 – Economia Solidária (conceitos)

Apesar de sua diversidade, a economia solidária brasileira apenas pode ser compreendida mais adequadamente se inserida no contexto de uma economia popular. O termo faz alusão a um amplo circuito de relações produtivas, onde as atividades econômicas são parte do próprio tecido da vida social cotidiana. Trata-se de uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais, no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina”.	Razeto (1991)
A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.	(SINGER: 2002)
A economia solidária apresenta-se como um campo de construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, ancorados em um discurso crítico transformador e em práticas solidárias e autogestionárias, muito próximas dos movimentos sociais.	Icaza (2004)
Economia Solidaria é um projeto real de construção de uma sociedade menos injusta que privilegiasse o social onde a igualdade, cooperação, liberdade e autonomia podem ser contempladas de modo que, não exista contradição entre essas palavras.	Nunes (2009)
A Economia Solidária defende uma solidariedade sistêmica, emancipatória e/ou integrada ao invés de filantrópica, caritativa e/ou assistencialista. Por isso, introduz várias dimensões no conceito como: a territorial (promoção do desenvolvimento local), a cultural (respeito pela diversidade), a ambiental (uso responsável dos recursos na atividade econômica), a política (a gestão e a cooperação entre os diversos atores intervenientes do território).	Bernardes (2015)

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre um olhar retrospectivo, para demonstrar um ponto na história, que marcou a iniciativa para os conceitos dos autores acima, surge Robert Owen, um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo, Owen biscou criar, um sistema cooperativo (Economia Solidária), em meio à Revolução Industrial na Inglaterra no século XIX, como alternativa à incapacidade do sistema de oferecer oportunidades de trabalho para um significativo contingente de pessoas que se deslocavam do campo para o centro do desenvolvimento das indústrias nas cidades. (DEMOUSTIER, 2001)

Mais recentemente, a partir do final da década de 1970, “o mundo passou por crescentes aumentos de desemprego e pobreza, com atenuantes nos países de capitalismo de periferia” (IASKIO, 2007). Para Lechat (2002) “floresceu, a partir de 1977 até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, por intermédio de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos progressistas”.

Um momento importante no Brasil, iniciou em junho de 2003, quando o Congresso Nacional aprovou, Projeto de Lei do Presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). “Reconheceu dessa forma, no Estado brasileiro, um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980” (SINGER, 2004).

Os problemas sobre oportunidades de trabalho, marca longos períodos na história, para este, um esforço inequívoco sobre a atualidade é a valorização da diversidade existente nas relações sociais, importante caminho, para evitar que grupos fiquem excluídos do desenvolvimento socioeconômico, contribuindo assim para evitar os efeitos indesejáveis de vulnerabilidades de tais grupos. Para Coraggio (2013) essa diversidade pode ser atendida,

Pelo movimento geral de uma economia mista, que podem ser vistos, pelas dinâmicas quantitativas e qualitativas que resultam da aplicação dos recursos organizada ou usado, combinando vários tipos de organização guiados pelos três sentidos ou sentidos grupos mencionados. Isso pode pesava quantitativamente, por exemplo com base nos pesos relativos de cada setor para diferentes variáveis (população empregada, valor da produção, a demanda efetiva, contribuição para os saldos externos, etc.), quer

em qualidade, tais como as negociações com conflitos no processo entre agentes-sujeitos em diferentes setores (CORAGGIO, 2013, p.18).

A formação econômica de um País, não deve compor somente a questão conceitual ortodoxa de desenvolvimento econômico, mas possibilitar as relações que existem no que chama de economia mista. O movimento de desenvolvimento das escalas do local para o global precisa ser interpretado pelos tomadores de decisões, já que os empreendimentos têm velocidades e dinâmicas diferentes, evitando generalizações e replicações de mais grupos à escala marginal (BRANDÃO, 2012).

Nesse ponto, é que a Economia Solidária se insere em ativar relações duradoras e com força de políticas públicas, evitando a dominância e preferência do Estado sobre a economia capitalista, em detrimento de ações paliativas para Economia Solidária e o reconhecimento de uma economia mista de mercado, como ilustra o esquema na figura 1 (CORAGGIO, 2013).

Figura 1 – Economia Solidária e economia mista



Fonte: CORAGGIO, 2013 Adaptação: SILVA, 2015

Fonte: CORAGGIO (2013) adaptado pelos autores

Embora teoricamente, a Economia Solidária esteja dentro de um sistema de economia mista proposto por Coraggio, está ainda recebe, o caráter de ação paliativa, conforme Singer (2003), apesar de todo o desenvolvimento realizado pela Secretaria de Economia Solidária - SENAES. A dissociação de como funcionam e estão organizadas as diversas formas das pessoas se relacionarem e manterem trocas constantes produz, inevitavelmente, uma desregulação no sistema, pois as decisões tomadas no âmbito estratégico da Nação, devem considerar o sistema, no contexto de sua realidade, complexo, como a sociedade assim o demonstra.

### 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Os desafios impostos pela crise do sistema capitalista, levantam discussões sobre quais rumos deve seguir, dentro de um modelo de desenvolvimento que se mostra com limitações aos problemas socioeconômicos.

Segundo Lechat e Barcelos (2008, p.04), “nos anos cinquenta, Paul Singer fazia parte do grupo reunido em torno do jornal Vanguarda Socialista, quando se propôs a defender a autogestão junto aos sindicatos”.

A Economia Solidária no Brasil, surge como proposta às fragilidades e limitações do sistema, em resolver os problemas socioeconômicos que estão na base de análise e avaliação para o desenvolvimento, ou seja, com exclusão social e econômica, não há desenvolvimento. (SINGER, 2002)

Conforme o CONAES (2010),

O processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a Economia Solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, a interlocução avançou em várias políticas setoriais (trabalho e renda, cultura, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial etc.) e houve uma expansão de políticas públicas de Economia Solidária nos governos estaduais e municipais (CONAES 2010, p. 09).

O movimento de apoio à Economia Solidária cresce à medida que os efeitos da crise vêm se agravando, com intuito de, em certa medida, atender fundamentalmente o básico para a dignidade humana e a diminuição dos níveis de desempregos. Para o MTE (2015) expõem as frentes de debates e ações para superação dessas limitações,

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária. Atualmente, os empreendimentos solidários, tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro (MTE, 2015 p. 01).

A reflexão política de um projeto, é parte importante para sua eficiência e eficácia pois, ao entrar na agenda de ações da gestão pública, confere o aporte da capacidade do Estado, em realizar investimentos e mobilizar esforços. Com o potencial do Estado, a Economia Solidária é traduzido, em mecanismo da promoção de trabalho e renda, especificamente para parcelas da sociedade, com pouca estrutura de acesso à informação, crédito, educação e aos aspectos estruturantes para produzir.

A presença de empreendimentos solidários têm mais ocorrência na zona rural, 54,77% (SENAES, 2013). Fortalecer a Economia Solidária, nesse cenário é uma prática estratégica a ser mantida como forma de planejamento de fixação do homem no campo, bem como a agregação de valor local para as comunidades.

No aspecto das motivações para criação de EES (Empreendimento de economia solidaria) é destacado algumas com maior ponto de decisão. Como alternativa ao desemprego e fonte complementar de renda, perfazendo respectivamente 9.106 e 9.624 de respostas, foi a decisão de optar por empreendimentos de Economia Solidária. Singer (2003) explica que não apenas pelo fato da escassez de oportunidade de trabalho, acesso ao crédito e outras formas de limitações, mas porque a única possibilidade viável no contexto dos menos favorecidos é a cooperação.

Tabela 01 – Motivação para criação de EES

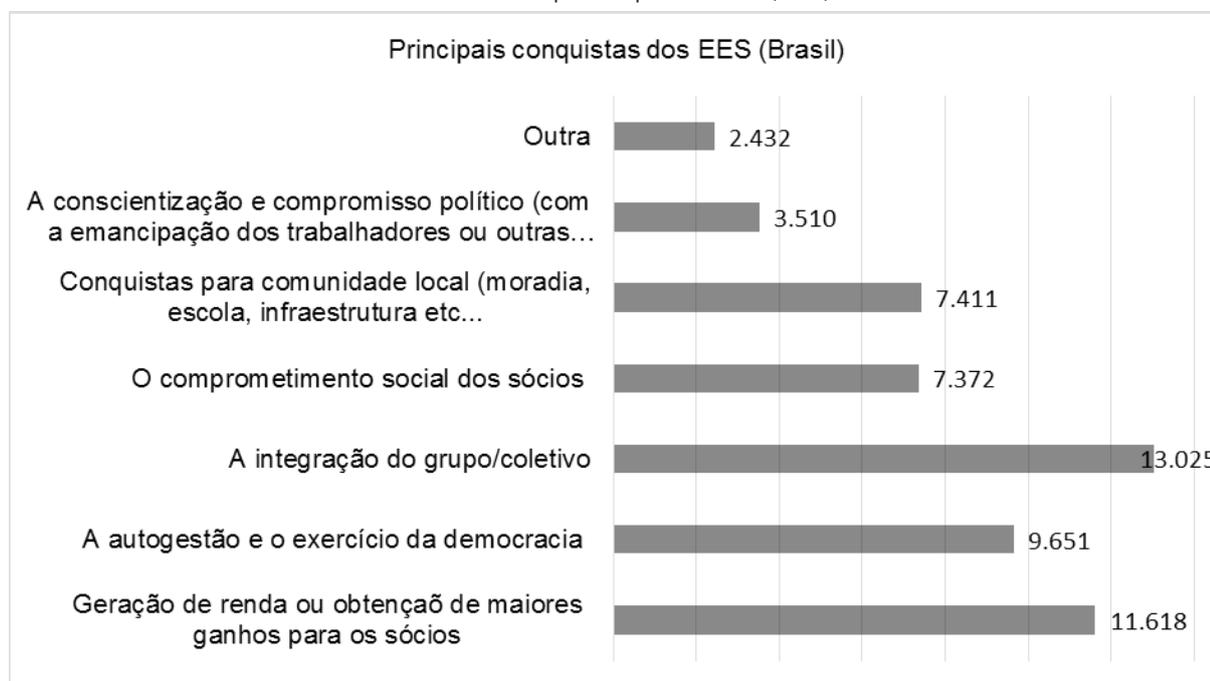
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Uma alternativa ao desemprego	892	3422	1757	1896	1139	9106
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	1126	2556	1444	1629	1716	8471
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	1282	3066	1680	1792	1804	9624

Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	875	3123	1416	1340	1270	8024
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	288	1058	579	492	411	2828
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	490	2449	717	221	253	4130
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	53	184	149	132	83	601
Motivação social, filantrópica ou religiosa	317	1560	633	762	529	3801
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	560	2739	771	848	728	5646
Alternativa organizativa e de qualificação	332	1050	570	596	612	3160
Incentivo de política pública (governo)	245	1398	460	536	474	3113
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	157	632	336	192	193	1510
Fortalecimento de grupo étnico	362	592	523	236	199	1912
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	146	547	318	203	393	1607
Outro	188	613	219	270	600	1890
<b>Total de EES</b>						<b>19708</b>

Fonte: SENAES, (2013)

O fortalecimento da Economia Solidária se intensificou desde a criação em 2003 da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ao viabilizar a Economia Solidária como estratégia de formação na Educação de Jovens e Adultos, esta cumprirá sua função educacional, ao disponibilizar, por intermédio da ciência e tecnologia, o desenvolvimento e atendimento a seus objetivos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais (SILVA, 2016). Nesses doze anos ininterruptos de ações voltadas para Economia Solidária houve algumas conquistas, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Principais conquistas dos EES (Brasil)



Fonte: SENAES, (2013)

Uma alternativa ao desemprego, seguida de uma fonte complementar de renda, justificar a motivação pela economia solidária, observado na Tabela 01, revelando a região nordeste como mais afetados pelas oportunidades de trabalhos existentes, sendo essas conquistas, ilustradas no Gráfico 1, com 11.618 para a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios e 13.025, para a integração do grupo/coletivo.

Por outro lado, conforme (IPEA; 2018, p. 14) em termos de publicações sobre a temática,

Passaram a utilizar sistematicamente o conceito de economia solidária, os registros iniciais também são do final dos anos 1990. O autor cuja obra possui a maior importância na institucionalização e consolidação teórica do termo foi o economista Paul Singer, cujos escritos e militância política desde os anos 1970 o tornaram figura de referência no movimento sindical brasileiro. Em 1996, ele publicou pela primeira vez um texto utilizando o termo “economia solidária”, no jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título Economia Solidária Contra o Desemprego, além de outro texto na revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo. Nesses textos, o autor abordou sobre uma proposta não capitalista de enfrentamento dos crescentes índices de desemprego à época, calcada no potencial da organização autogestionária dos trabalhadores.

Nesse sentido, o processo considerado nas práticas, em sala de aula, será a formulação de projetos de desenvolvimento de produtos e serviços que possibilitem ao aluno ser gerador de seu próprio trabalho e que reconheça e se aproprie de novas formas de trabalho solidário e sustentável.

#### **4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A educação de adultos, no Brasil, configura o ingresso precoce das camadas mais pobres no mundo do trabalho e, posteriormente, o seu retorno às escolas, formando assim, uma lacuna de fragilização educacional.

Conforme estabelece o art. 4º da LDB sobre o dever do Estado para a educação escolar pública, esta será efetivada de modo que garanta a educação para jovens e adultos com modalidades para atendimento de acordo com as suas particularidades.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 37, a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada”. A crítica à Educação de Jovens e Adultos torna-se semelhante ao contexto educacional de outras modalidades e níveis, no que tange à mera manutenção do mercado de trabalho, porém, com o atenuante de educar pessoas com determinada fragilidade educacional e sem significativo corpo docente especializado para a EJA (FREIRE, 1997).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil caracteriza-se pela fragilidade socioeconômica, cuja escolha da vida laboral determina preponderantemente as condições para acesso e permanência na escola (MEC, 2007).

A provisão da educação de adultos, fundamentada pelos trabalhos realizados na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos 2009 – CONFINTEA em Belém, para uma compreensão geral da educação de adultos requer que se reconheça a diversidade de tipos de oferta, finalidades e conteúdos que podem ser incluídos em uma definição significativa. “A educação de adultos é importante para o empoderamento pessoal, bem-estar econômico, coesão da comunidade e desenvolvimento social” (CONFINTEA, 2009, p.43). A diversidade de tipos de oferta e educação significativa, contribui para oportunidades significativas para a expandir as capacidades humanas, que contempla o desenvolvimento pessoal e econômico, além da habilidade de participação social e política.

A importância da busca de informações e desenvolvimento de pesquisas sobre os avanços, fragilidades e oportunidades da educação de adultos no nível nacional, apresenta empenho periódico de debates. Seguidas conferências CONFINTEA, corroboraram para crítica da pesquisa em melhorar políticas, gerir os impactos e resultados dos programas.

Conforme o MEC (2007), sobre a Educação de Jovens e Adultos,

Originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (MEC, 2007 p. 14).

Anterior a este Decreto, é importante frisar que existiam ações experimentais em instituições de ensino, que contemplavam essa parcela de excluídos da sociedade, porém com limitações de abrangência e aprofundamento epistemológico (MEC, 2007).

Essa trajetória, dos CONFITEA's, vem reforçar a ideia de caminhos para superação da exclusão social prevista no Decreto nº. 5.478 do MEC, por meio dos quais,

A educação de adultos empodera indivíduos e comunidades. Em 1997, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos identificou a aprendizagem de adultos como "consequência de uma cidadania ativa e condição para a plena participação social". Recentemente, A CONFITEA VI, apresenta um momento oportuno para todos aqueles profundamente comprometidos com a educação e aprendizagem de adultos. "Ela oferece uma oportunidade real de se integrar a educação de adultos dentro dos diferentes departamentos do governo, por meio dos conceitos de aprendizagem e capacidade ao longo da vida" (CONFITEA 2009, p.120-123).

Os estudos do CONFITEA (2009) identificaram, os principais pontos no desenvolvimento da base de evidências para programas e políticas de educação de adultos, estes descritos no quadro abaixo:

Quadro 02 - evidências para programas e políticas de educação de adultos

Aprender com as melhores práticas de mensuração disponíveis	-Inventário dos conjuntos de dados existentes e seu nível de detalhe; -Estatísticas tradicionais de alfabetização ou outros indicadores de competências autorrelatadas; -Programa de Avaliação e Monitoramento da Alfabetização (LAMP).
Reforçar os marcos conceituais	-Concluiu que na educação de adultos não existem metas quantitativas; -Há uma falta de entendimento comum a respeito de quais atividades de aprendizagem deve ser incluídas; -Existem poucos indicadores comparáveis e internacionais para medir até que ponto as necessidades de educandos jovens e adultos estão sendo atendidas.
Construir demanda e capacidades nacionais	-Os objetivos para a construção de bases de conhecimento têm que ser claros; -Cada País deve determinar quais questões são mais urgentes em curto prazo e quais só podem ser alcançadas em longo prazo; -Intensificação das iniciativas regionais e internacionais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O art. 3º da Constituição Federal determina "a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil". Esses direcionamentos demandam esforços que possibilitem sua materialização. É perceptível que a educação, para atingir os aspectos de qualidade, precisa desenvolver competências na formação do aluno para a compreensão do mundo do trabalho, as motivações e interesses que os envolve e sua condição socioeconômica, dispondo este de atividades individuais e coletivas ligadas à realidade para que alcance o conhecimento.

Para tanto, as conferências têm papel decisivo na criação de políticas públicas e suas melhorias, pelo compromisso e responsabilidade que são considerados pelos Países participantes, esse esforço intelectual, demonstra que os povos, estão no caminho correto, no sentido de corrigir injustiças sociais e contribuir para um mundo mais justo. O aprendizado, a afirmação dos conceitos amadurecidos e o desenvolvimento de

capacidades nacionais, conferem como objetividade, por traduzir metas e plano de ação, para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

## 5 EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

A educação é um processo que possibilita ao homem as condições de desenvolvimento de suas múltiplas capacidades para a melhor forma de aplicação de conhecimento no trabalho e convivência em sociedade.

Pochmann (2012, p. 493) analisa que “as principais transformações históricas no processo de formação para o trabalho humano encontram-se associadas às formas com que as sociedades conseguiram se organizar para a geração e distribuição da riqueza”. Por outro lado, Gadotti (1998, p. 131) considera o trabalho como “valioso instrumento de formação moral e física, além de servir de motivação para formação técnico-científica e cultural, desenvolvendo o sentido da responsabilidade social. Por meio do trabalho o jovem prepara-se para vida social”.

Assim, a formação para a autonomia do indivíduo representa elemento importante na constituição de possibilidades de usufruir de suas habilidades para solucionar problemas, quebrar paradigmas, melhorar o convívio social (GADOTTI, 2003).

Seguindo essa perspectiva, Adams (2010) afirma:

A prática educativa deve aproximar à vida concreta do ser-humano-ser-de-relações, isto é, um sujeito social e historicamente situado. Trata-se de buscar uma interação entre real e ideal, comprometida com a construção do futuro, mas ancorada no presente (ADAMS, 2010, p.24).

Uma educação para o trabalho, precisa refletir o homem, não os processos de manutenção do trabalho em si e seus interesses isolados, mas a valorização do homem como centro de importância (FREIRE, 1997).

Discorre Pochmann (2014, p. 33) sobre o melhor entendimento do mundo do trabalho, “que esteja comprometido com a construção de uma sociedade superior. Não pode haver dúvidas de que o novo desenvolvimento pressupõe papel ainda maior à educação”.

Os avanços e entraves no campo do desenvolvimento da educação para o trabalho deu-se com o acesso das camadas mais pobres à educação, possibilitando assim condições à vida laboral, o que, historicamente, era restrito às elites da aristocracia. Explica Gadotti (1998, p. 130), “que as faculdades do homem devem ser desenvolvidas em todos os domínios da vida social, isto é, no trabalho, na política, na economia, na cultura etc.”. Nesse sentido, a educação para o mundo de trabalho, necessita oferecer à sociedade instrumentos possíveis para um avanço no pensamento, de modo a não limitação, ao discurso do exclusivismo de manutenção de mercado, mas uma visão crítica da constituição de toda a dimensão do próprio desenvolvimento do homem.

A crença no mito do “desenvolvimento” baseada no crescimento como base primeira e exclusiva para que uma sociedade avance, remete a limitação do próprio desenvolvimento de sociedades, como diversos aspectos que devem ser levados em consideração como expectativa de vida, acesso à educação formal, meio ambiente equilibrado, entre outros, o que hoje sabemos que ações de décadas passadas foram guiadas e perseguidas pelo crescimento econômico como segurança nacional (POCHMANN, 2014).

Faz sentido, o redirecionamento das ações de governo a práxis de busca pelo trabalho e ideais clássicos de desenvolvimento. Conforme o ciclo do sistema experimenta crises em ordens cada vez mais preocupantes, o educar tem a missão de orientar e elevar a crítica às reais necessidades humanas (ANTUNES, 2010). As formas de construção do saber e de melhoria dos aspectos econômicos e sociais, devem refletir

a condição do sujeito, que pensa o trabalho e como está inserido no mundo que o produziu (PINTO, 2007).

O trabalho contribui para o desenvolvimento do homem, a partir do momento em que sua contemplação é realizada de forma crítica, rompendo com os paradigmas constituídos, e essa reflexão contribui para o pensamento criativo e inovador. A leitura de mundo revela, segundo Freire (1987, p.46) “evidentemente, a inteligência que vem do cultural e socialmente se constitui. Revela, também, o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo”.

O ambiente do trabalho é um espaço direto da produção dos valores e símbolos constitutivos dos guias de uma sociedade, emanados por objetivos, ideologias, caridades, cooperação e interesses conflitantes.

Conforme Pochmann (2012)

A transmissão da tecnologia e dos modos de trabalho pertencem à tradição de longo prazo de valorização dos mais velhos, que tinham como missão apoiar a continuidade das atividades laborais no longo prazo no interior das próprias famílias. As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento existente pela simples prática e cultura oral (POCHMANN, 2012 p.493).

Discorre Gadotti (1998) sobre o trabalho como princípio educativo,

Não se trata de aprender uma profissão, mas de compreender o processo de produção e organização do trabalho. Para isso não basta conhecer apenas algumas técnicas, saber manusear ou operar um instrumento, este tem por finalidade fazer compreender e viver a estrutura econômico-social, a partir de sua inserção na atividade de produção, e intensificar assim sua capacidade de agir (GADOTTI, 1998 p.132).

O papel da educação na humanização, é refletir a prática do trabalho e da vida em sociedade e, com isso, oferecer ao educando condições de pensar e agir de modo a transformar sua realidade por meio de novas abordagens (FREIRE, 1997). Essas ideias, fundamentam o art. 214, IV e V da Constituição Federal, quando discorrem sobre o “plano nacional da educação, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País”. Vale dizer que, a formação para o trabalho, exige várias posturas, porém, dentre essas, destacam, a proteção para o pensamento autônomo do sujeito, que o permitirá agir com independência e criatividade sobre os problemas existentes na sociedade. Nesse sentido, é importante considerar, na formação do aluno, ações que seja favorável às práticas para criar, inventar, produzir, organizar, relacionar e resolver problemas.

## **6 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

A erradicação da pobreza é objetivo básico para o alcance do desenvolvimento, sendo este disposto em objetivo constitucional expresso no art. 3º, III. É razoável pensar que o esforço empreendido para o alcance de tal meta possibilita os fins, uma vez que são elencados como objetivos na construção de uma sociedade livre, justa e solidária e como garantia para o desenvolvimento nacional. A percepção do distanciamento dos objetivos conferidos na constituição pelo art. 3º, sobre as ações da Nação para a diminuição da pobreza, é considerada um dos desafios do século, no que se refere ao desenvolvimento, uma vez que, este se torna incoerente, quando há um contingente expressivo de pessoas em condições de pobreza.

O conceito de desenvolvimento, que remete a uma abordagem que iniciou na economia, e que hoje, é considerado e estudado por estudiosos de diversas áreas como, a sociologia, política, geografia, direito, história e educação, para formação de um conceito mais próximo das complexidades dos valores da humanidade, onde pretendemos guiar, pela conceituação de alguns autores, no quadro abaixo, as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais:

Quadro 03 – Desenvolvimento (conceitos)

O conceito de desenvolvimento não se resume em no meramente econômico, mas num caráter multifacetado que envolver estruturas sociais, cultura, economia, uso dos recursos entre outras configurações.	(FURTADO, 1988)
“Desenvolvimento é a consideração nas ações do Estado, nos setores estratégicos como educação e mundo do trabalho pela “diversidade social, cultural e diferenciação produtiva”.	(BRANDÃO, 2012 p.191)
Desenvolvimento é a capacidade de expressão e participação de um povo, na tradução de políticas públicas resultante de conflitos de ordem social, econômica e ambiental, devido seu histórico de preponderância de um aspecto de desenvolvimento em detrimento de outro, requerendo assim, uma visão multidimensional.	(SEPÚLVEDA, 2002)
Desenvolvimento considera a generalização de regiões, a partir de escalas padrões de desenvolvimento, enquanto a ordem regional confere a particularidade de localidade, econômica, ambiental, social, regidas por culturas que envolvem a cooperação, a solidariedade, a vizinhança, entrando em contradição com o discurso de valorização da diversidade regional.	(SANTOS, 2006)
“Comenta que o desenvolvimento sustentável ou qualquer outro paradigma de desenvolvimento, é uma construção teórica e histórica, cujo processo é dinâmico e permanente, ou seja, que busca melhorias contínuas, significando que os seus desdobramentos futuros estão em aberto”.	(KRONENBERGER, 2011, p.27)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O conceito de desenvolvimento, exposto pelos autores, nos passam a ideia de diversidade, inseridas nos aspectos sociais, culturais e ambientais, sendo estas, elementos principais para valorização e efetivação nas decisões que ocorrem no setor estratégico para com o desenvolvimento, esse desafio, imprime lograr êxito, sobre as limitações do desenvolvimento meramente econômico. Nesse ambiente, que equivocadamente, configura agenda de governo, sobre o crescimento econômico, como pressuposto único para o desenvolvimento, além por gerar, a eliminação do que é nítido e latente, encontrado na sociedade e natureza, a diversidade, tem efeito desastroso, sobre um dos males dos Países em desenvolvimento, a pobreza, que ocasionam outros problemas derivados. Com isto, a preocupação com os pobres tem forte orientação do Banco Mundial, no sentido de fornecer segurança às nações, pois o descaso para com os menos favorecidos acarreta cenários pouco desejáveis de propensão ao comunismo (LEHER, 1998).

Mergulhados nessas ideias de objetivar o desenvolvimento de um país, deve haver orientação como meta principal para diminuição da pobreza e entendimento de que o crescimento econômico é parte dessa aceleração, mesmo não sendo o objetivo único. Dessa forma, a providência inicial é realizar mecanismos de distribuição da riqueza e de um desenvolvimento que contemple a sustentabilidade.

#### Gadotti (1998) comenta sobre a relação do homem com o desenvolvimento

O homem faz a sua história intervindo em dois níveis: sobre a natureza e sobre a sociedade. O homem intervém na natureza, descobrindo e utilizando suas leis, para dominá-la e colocá-la a seu serviço, desejando viver bem com ela, isto é, em harmonia. Dessa forma ele transforma o meio natural em meio cultural, isto é, útil a seu bem-estar. Da mesma forma ele intervém sobre a sociedade de homens, na direção de um horizonte mais humano (GADOTTI, 1998, p.81).

#### Segundo Bueno e Figueiredo (2012),

A perspectiva na qual se deseja de desenvolvimento mais humano para a educação passou a ser concebida como condição de alívio da pobreza, de reduzir as desigualdades sociais e de impulsionar o desenvolvimento. Investir no capital humano dos pobres é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para elevar a economia do país. Com este, as diversas dimensões que se contempla como desenvolvimento humano se objetivo no meramente econômico (BUENO; FIGUEIREDO, 2012, p. 06).

O mito do desenvolvimento econômico há tempos já se mostrou ineficiente, ao oferecer uma escala de avanço, que aponta para dimensões negligenciadas historicamente (FURTADO, 1996). A educação para o desenvolvimento, requer a crítica sobre o que se deseja ou que problema é mais urgente? Sendo necessário, encontrar uma solução sustentável, que contemple aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos, fixando a pobreza como objetivo a ser superado, como expõe Celso Furtado, não pode haver desenvolvimento com pobreza.

Para Vieira (2009, p.20), “o desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, e de certo modo pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade”.

Pondera Pochmann (2004), sobre a relação nível escolar e condição da pobreza,

A elevação do nível de escolaridade assegurou uma renda maior que nos estratos educacionais inferiores, não garantiram o acesso ao emprego e muito menos uma proteção contra a precarização e deterioração dos níveis de renda em cada estrato. Transformar este círculo vicioso numa relação virtuosa é o grande desafio da sociedade brasileira (POCHMANN, 2004, p. 389).

As relações sociais avançam à medida que a racionalidade desenvolve percepções eficientes no transcorrer das ações na história, podendo intervir na realidade, encontrando prioridades, observando lacunas, identificando causas etc.

Segundo CONFINTEA (1997)

Na declaração de Hamburgo sobre os aspectos econômicos da educação de adultos contribui para autossuficiência e autonomia pessoal das pessoas adultas, para o exercício dos direitos fundamentais e para melhoria da produtividade e da eficácia no trabalho. No entanto, no sentido que este é um investimento produtivo e favorável ao desenvolvimento humano, deveria ser protegida contra as pressões do ajuste estrutural (CONFINTEA, 1997, p.53).

A Declaração de Hamburgo (1997), traz os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal Brasileira, como expresso no art. 1º, que compreende: a soberania; a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Para tanto, a defesa dos princípios deveria resguardar contra o ajuste estrutural, prioritariamente, a dignidade da pessoa humana que, por vezes, nesse cenário, compreende número significativo da sociedade que sofre em detrimento de interesses e objetivos de uma minoria.

Na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, que estabelece o marco da ação na cidade de Belém do Pará, que ocorreu em dezembro de 2009, teve como eixo temático a melhoria de acesso a processos de aprendizagem de jovens e adultos de qualidade ao longo da vida para todos. Entendida como um marco geral que integre os objetivos e o escopo específicos da educação de adultos dentro de um quadro global de referência que engloba todo o contínuo, desde a alfabetização básica até a educação profissional continuada, valorizando o desenvolvimento pessoal e social, bem como a formação profissional e o desenvolvimento de recursos humanos (CONFINTEA, 2009).

Uma educação, para ser desenvolvida, deve ser implantada primeiramente nos elos mais fracos que compõem a estrutura do desenvolvimento; depois devem-se criar estruturas para a manutenção desses ciclos de desenvolvimento, evitando decisões políticas de descontinuidade que podem criar um círculo vicioso (POCHMANN, 2004).

O espaço social deve ser percebido, como ambiente em conflito, para a construção dentro de um cenário politizado, mas este é tratado de forma mercadológica e passiva, como depósito de coisas, sendo as relações sociais relações de objetos (BRANDÃO, 2007).

Embora o conceito de desenvolvimento e progresso seja múltiplo e diverso, não exclui o sujeito como parte mais importante desse pensar, em que as conexões e reflexões acerca de uma educação para o desenvolvimento devem passar pelos valores contemporâneos do homem, em detrimento de reproduções passadas (FREIRE, 1997).

Conforme o CNES (2015), o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) contempla em seus objetivos sobre educação, autogestão e fortalecimento da economia:

Incluir a Economia Solidária no sistema de ensino brasileiro nas suas diferentes modalidades (educação profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos, educação infantil, educação básica);

A Educação Popular como referência e prática concreta de processos educativos junto aos movimentos sociais e do diálogo com as políticas de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo, PRONATEC, Incubadoras de Economia Solidária nas instituições de ensino superior etc.) (CNES, 2015, p. 10; 29).

O Plano Nacional de Economia Solidária estabelecida pelo CNES, está amparado nos objetivos fundamentais expressos no art. 3º da Constituição Federal, que estabelece a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

As relações dos indivíduos no mundo do trabalho, é marcado por uma atmosfera cultural para cooperação e da solidariedade, funcionando como uma espécie de “moeda” de troca de ajuda mútua. Nas empresas tradicionais, trabalhadores cooperam entre si e com a organização, para a execução de tarefas e atividades, enquanto o trabalho em grupo e a ajuda mútua são esperados e cobrados por líderes. Essa mesma parte atitudinal é utilizada na Economia Solidária, com diferença nos princípios do trabalho associado.

Assim, a cooperação e a solidariedade são posturas utilizadas pelas pessoas para superarem suas dificuldades, em momentos difíceis e de crises. A ideia inicial é refletir esse comportamento, não somente como ação corretiva, mas como prática que venha a configurar uma cultura que objetive a prevenção de problemas futuros.

Nesse sentido, o que pode ter efeito significativo na construção de uma educação para o desenvolvimento é repensar o termo desenvolvido e seus objetivos atuais, colocando em análise os favorecidos nesse processo, a finitude dos recursos e as reais necessidades humanas. Contudo, a construção de um diálogo para uma transformação, no âmbito do desenvolvimento, não é possível sem o tratamento em sala de aula, sustentado por conteúdos curriculares.

## **7 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, tem como unidade de análise a Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos, para analisar simultaneamente o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional, relacionando as ações educativas e suas articulações com a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, frente ao desemprego estrutural gerado pela crise atual do sistema capitalista.

A metodologia utilizada neste estudo está fundamentada nos conceitos de desenvolvimento, com enfoque nas críticas de Celso Furtado sobre as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Para a análise dos princípios e aspectos de funcionamento da econômica solidária com a perspectiva ao enfrentamento das políticas voltadas para combate ao desemprego, foi considerado o que discorrem os teóricos (NUNES, 2009; SINGER, 2003). Assim, foram relacionados esses entendimentos sobre desenvolvimento do

país com o que dispõem a contribuição de (FREIRE, 1987; GADOTTI, 1998) sobre a educação de jovens e adultos para as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Para essa discussão foi necessária pesquisa bibliográfica, a fim de relacionar os conceitos da Economia Solidária às práticas estabelecidas pela Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul e evidenciar como essas ações, em sala de aula, são planejadas e como são materializados os conteúdos, na busca de revelar como são contextualizadas na vida dos alunos de modo a favorecer sua inserção no mundo do trabalho.

Foi realizada, ainda, pesquisa documental, muito utilizada em ciências sociais e na pesquisa histórica, com intuito de descrever/confrontar fatos sociais, constituindo suas qualidades ou convergências.

O estudo utilizou como procedimento a aplicação de questionário com questões fechadas e abertas a uma amostra de 33 ex-alunos, de um total de 40 ingressantes do PROEJA técnico em cozinha, e entrevista semiestruturada com 02 participantes da equipe pedagógica e 01 da coordenação de curso. Por meio desses instrumentos, foi ambicionar identificar as informações necessárias sobre o acompanhamento, a metodologia e as ações utilizadas na Educação de Jovens e Adultos, que facilitem o acesso ao mundo trabalho.

Os participantes da pesquisa foram identificados como P1 para coordenação de curso e a equipe pedagógica como P2 e P3. Foi realizado um diálogo para informar sobre o tema da pesquisa e seus objetivos.

Para a condução das entrevistas foi considerado o aporte teórico sobre desenvolvimento e mundo do trabalho, elencados em análise teórica, com atenção ao posicionamento crítico de Furtado (1996) e Pochmann (2006) e do que bem expressa Freire (1981;1987;1996) sobre a educação de jovens e adultos, buscando o que revela a fala dos entrevistados sobre as estratégias de planejamento da educação para orientar e facilitar a inserção do aluno no mundo do trabalho.

O processo de aplicação de questionário com os alunos ocorreu, na primeira etapa, no contato com os alunos e o convite para participar da pesquisa, informando-os dos termos que compõem o trabalho e, após o aceite, foram agendados a aplicação do questionário

O levantamento socioeconômico de pesquisa em arquivos da Instituição, contribuiu para a análise da realidade dos alunos, sua motivação para o mundo do trabalho e procura do Instituto Federal, como opção de estudo. Nessa etapa, inicia a busca de respostas, frente às dificuldades do PROEJA na inserção do aluno da Educação de Jovens e Adultos no mundo do trabalho e as possíveis contribuições da Economia Solidária para o desenvolvimento desses alunos.

A centralidade da discussão está nos objetivos e diretrizes da Instituição, dispostos no Projeto Político Pedagógico e Projeto de Desenvolvimento Institucional, bem como em outros registros acadêmicos, que estão alinhados com a inserção dos alunos no mundo do trabalho.

## **8 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A educação de adultos, por meio da Economia Solidária atende aos anseios profissionais de educação e às necessidades de desenvolvimento, sendo estes focados na possibilidade de trabalho e geração de renda pelos alunos. Encontrar melhores formas de compreensão do mundo do trabalho, que evitem a continuação de negativas em postos laborais, requer práticas educativas que orientem e melhorem as capacidades do aluno, não somente de concorrer no mercado, mas de criar e inventar suas próprias formas e condições de produzir.

Contudo, o conhecimento se produz no diálogo, no debate e na interlocução e, dessa forma, se levantam as falhas, lacunas e se busca o acerto, que é construído baseado na argumentação e favorecido por meio da cooperação, desenvolvida nas experiências das atividades de Economia Solidária.

O esquema abaixo mostra a dinâmica e os resultados encontrados na Economia Solidária:

Figura 2 – Processo das ações e resultados da Economia Solidária



Fonte: elaborados pelos autores

Dentre os indicadores encontrados, foram discutidos à luz da teoria que o público da EJA configura um novo cenário, com um número significativo de pessoas mais jovens, composto 50% por pessoas de 15 a 29 anos, sendo essa a faixa etária que justifica as políticas públicas.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, sediada no Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecendo o Brasil em processo de transformação social que tem como fator atenuante a ampla crise do trabalho. Inicia-se a primeira ação de utilizar a Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda em âmbito de Governo Federal, que para Nagem e Silva (2013) terá obtenção de melhores resultados somente por vias de políticas públicas de Estado.

Dentro dessa leitura, foi formulada a hipótese de a possibilidade da Economia Solidária contribuir, de forma significativa, para esse cenário de melhoria de inserção do aluno no mundo do trabalho, de modo que possa atender aos objetivos e necessidades que vão conferir o desenvolvimento.

Antes de elencar os indicadores evidenciados neste trabalho para necessidade de utilização da Economia Solidária com vistas ao desenvolvimento da Região, este, de início, aponta particularidades de um público socialmente excluído e que tem aporte em políticas públicas de oferta em modalidade de educação de jovens e adultos. Como instituído na LDB 9.394/96, sua formação deve contemplar “o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A temática do desenvolvimento, vem sendo muito discutida nos ambientes acadêmicos, como um novo repensar sobre tais necessidades e as formas para a condução política e econômica da nação em atingir aspecto qualitativo, no que tange contemplar os aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

Na caracterização da investigação, com os envolvidos na pesquisa, foi possível evidenciar a realidade socioeconômica da educação de jovens e adultos e as práticas envolvidas no processo educacional. A própria “natureza” do público da educação de jovens, traduz processos de exclusão social, que compromete de forma significativa e atenuante, a longo prazo, as capacidades de desenvolvimento do local.

A preocupação maior nesse estágio da vida, é que os jovens estão na iminência da progressão social. Esse ciclo, tende a permanecer com o agravante do avanço na idade do trabalhador, bem como a longa duração do desemprego, que reflete outro indicativo no público da EJA, em que 66% dos alunos têm acima de 33 anos.

Nesse mesmo cenário, apresenta-se alto nível de desempregados, 57% e de atividades autônomas, 33%, compondo a realidade atual. A realidade de atividades autônomas muitas vezes é caracterizada por informalidade, ausências de direitos trabalhistas, remunerações abaixo do salário mínimo. Nesse mesmo processo, existe a presença de 75% do público feminino o que, por outro lado, reforça as desigualdades nas questões de gênero.

A situação socioeconômica do aluno do PROEJA é observada também pelo auxílio que recebem do governo, de um lado, para tentar suprir suas necessidades básicas e de outro como auxílio escola, com o objetivo de atingir sua permanência no curso. Foi identificado que, em média, 3,67 de pessoas na família dependem do rendimento de até 1 salário mínimo e que 83% das famílias dos alunos têm renda de até 1 salário mínimo e, em média 1,25 pessoas contribuem para o rendimento familiar.

Por outro lado, há motivação significativa dos alunos para o empreendedorismo, com 33,33% dos alunos com desejo de iniciar o próprio negócio e com preferência para o desenvolvimento de atividades coletivas (84,85%). Esta realidade, contribui para a utilização da Economia Solidária como uma alternativa estratégica, para os alunos desenvolverem suas atividades de forma coletiva, e essa necessidade é mais evidente, ao identificar a ausência de abordagem sobre trabalhos coletivos (cooperativismo), formação empreendedora, bem como formas distintas de apropriação de trabalho.

A preocupação com a escassez de trabalho vista como regra geral de reestruturação do sistema, foi revelada em pergunta aos participantes sobre os desafios na formação do aluno da educação de jovens e adultos. Contudo, o planejamento da educação de jovens e adultos, mediadas pelos objetivos institucionais, as diretrizes e ações contidas no PPP e PDI oferecem pouco alinhamento que pode ser traduzido em práticas educacionais amparados pelos autores que versam sobre educação e desenvolvimento, O planejamento da educação de jovens e adultos, precisa ser realizado com os sujeitos envolvidos na educação, como professores, técnicos, alunos e comunidade, em prol, de encontrar práticas que venham a contribuir para uma educação mais crítica e autônoma, de forma que amplie a capacidade dos alunos na superação de seus problemas de oportunidade de trabalho. A pesquisa revelou, que de certa forma, a condição das políticas públicas da modalidade de educação de jovens e adultos configuram esse perfil socioeconômico.

Existe um imperativo na discussão acadêmica, sobre o mundo do trabalho, em cada reestruturação do sistema, requerem medidas que respondam eficientemente ou parcialmente a essas mudanças. A evidência dessa escassez de trabalho, é revelada pelo perfil dos alunos do PROEJA e aumenta ao longo dos períodos e do seu histórico socioeconômico. De certa forma, é razoável afirmar que uma mudança no ambiente educacional se faz necessária e emergencial.

Se a mudança e a escassez são inerentes ao sistema, a educação de jovens e adultos precisa responder, de forma eficiente e com práticas educacionais, seja por meio de projetos que possibilitem alternativas de trabalho, seja por alterações na matriz curricular, dentre outras formas, para minimizar o número de afetados pela ação negativa do sistema. Pois, suas expectativas, são frustradas, ao permanecerem em situação de desemprego ou subemprego, devido sua objetivação de entrada, em que, a Instituição

por intermédio da educação no curso Técnico, poderia ampliar suas capacidades para ingresso em postos de trabalho. Faz-se necessária, portanto, uma proposta de mudança na prática educativa que venha a contribuir de forma significativa, para essa minimização de resultados negativos, ao iniciar pelo debate com a comunidade acadêmica e com instituições que planejam e fomentam a educação e o desenvolvimento, por meio de fóruns, seminários, reuniões, grupos de estudos, agentes tomadores de decisões, sobre as características e a importância da Economia Solidária e o novo cenário da educação mundo do trabalho.

Contudo, espera-se que este estudo possa contribuir para a melhor compressão da realidade da Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul do Curso Técnico em Cozinha, para melhoria de inserção do aluno no mundo do trabalho. Os indicativos revelados na pesquisa, em análise aos princípios da Economia Solidária, como um componente curricular significativo, podem contribuir para uma educação autônoma, criativa, cidadã e com mecanismos que favorecem a inserção do aluno no mundo do trabalho, por meio de empreendimentos coletivos.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existem inúmeras dimensões, considerados para o desenvolvimento, todas com sua devida importância e que associadas resultada, no que podem chamar de indivíduo emancipado, com autonomia, crítico, que participa ativamente das questões que lhe diz respeito em sociedade, homem consciente e responsável, dentre as possíveis adjetivações para conceituação de um País desenvolvimento estes, considerados nos aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. O trabalho, é parte importante que compõem a felicidade das pessoas, sem esse elemento essencial, quer seja para atendimento das necessidades básicas, afeta a dignidade humana, do indivíduo se sentir capaz, realizado e feliz.

Como bem expressa Celso Furtado (1996), “só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”, este estudo centrou suas motivações em investigar a capacidade de inserção do aluno no mundo do trabalho pela Educação de Jovens e Adultos do IFPI Campus Teresina Zona Sul.

Tentando encontrar respostas a essas indagações, apontamos para a busca de novas abordagens práticas e teóricas em sala de aula, que caracterizem o atual modelo de Educação de Jovens e Adultos, e que possam contribuir sobremaneira, para as questões gerais sobre o desenvolvimento e, especificamente, sobre a qualidade de inserção do aluno no mundo do trabalho, de modo a relacionar os princípios e critérios presentes na Economia Solidária que pudessem contribuir para a fundamentação desta proposta.

O desenvolvimento humano, requer a formação integral do indivíduo, preparado para atuar em uma sociedade marcada pela diversidade, em ininterrupto processo de transformação. Este sugere o ser desenvolvido para sustentabilidade, que considere a vida, a dignidade humana frente aos problemas de escassez de recursos e trabalho, que podem ser restringidos com aumento da cooperação e da solidariedade entre as pessoas.

Este trabalho, como práxis acadêmica, não tem a pretensão de ter concluído esta pesquisa, devido aos inúmeros enfoques e percepções de um campo às vezes tão árido de tensões ideológicas. Conclui-se, assim, que a necessidade da utilização da Economia Solidária na educação de jovens e adultos, contempla em ordem teórica, evidências de fatos, ao revelar indicativos que justificaram essa pesquisa. Com isso, no âmbito do mundo do trabalho a Economia Solidária possibilita oportunidade às pessoas desenvolver o próprio trabalho, criando uma alternativa ao desemprego.

## Referências

ADAMS, T. *Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado*. Aparecida: Ideias & Letras, 2010. 199 p.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, n.87, maio/ ago. 2004.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./ dez. 2010.

ARRUDA, M. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora UNICAMP, 2012. 238 p.

\_\_\_\_\_. C. F: Subdesenvolvimento, dependência, cultura criatividade. *Revista de economia política de las Tecnologias de la informacion y de la comunicación*. v. 14, n.1, jan. /Abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. ORTEGA, A.; ALMEIDA, F. (Org.). *Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e Economia Solidária*. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 jan 2016.

BUENO, C. A. R.; FIGUEIREDO, I. M. Z. A relação entre educação e desenvolvimento para o banco mundial: a ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para educação infantil. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais [...]*, Caxias do Sul: [s. n.], 2012. 15 p. Disponível em:< <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128>> Acesso em: 28 maio 2015. CONFINTEA: Conferência Internacional sobre a educação de adultos (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: Série: SES/ UNESCO – *educação do trabalhador*, 1999. 67.p

UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura). CONFINTEA, 6 – Conferência Internacional de Educação de Adultos. Belém – PA, 2009. p. 13-14. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187787>> Acesso em: 27 maio 2019.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidária. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.15, n.2, nov. 2013. 14 p. Disponível em:<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4731/4585>> Acesso em: 26 jun. 2015.

DEMOUSTIER, D. *A economia social e solidária: um novo modelo de empreendimento associativo*. Tradução: Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 230 p.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária se aproxima das origens do socialismo*. 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852/>. Acesso em: 27 maio 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 122 p.

- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 92 p.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 1998. 336 p.
- \_\_\_\_\_. *Escola cidadão*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 78 p.
- IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária. In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (Org.). *Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens*. Curitiba: PROEC, 2007. 155-174 p.
- IFPI (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí). PDI; PPP. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) / Instituto Federal do Piauí (2010-2015)*.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Educação Profissional Técnica em Cozinha Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul*. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Questionário Socioeconômico dos alunos PROEJA Curso Técnico em Cozinha*. 2012.
- LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, *Palestra [...]* Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: < [http://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf) >. Acesso em: 01 jul. 2015. 12 p.
- LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. da S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jan./jun. 2008.
- LEHER, R. A ideologia da globalização na política de formação profissional brasileira. *Trabalho e educação*, Belo horizonte, n.4 ago/dez, 1998.
- MEC (Ministério da Educação). *Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica*. [S. l.]: MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso: 29 jun 2015.
- \_\_\_\_\_. *Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica*. [S. l.]: MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 29 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_.; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em: 10 maio de 2014
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). *CAGED* (Cadastro geral de empregados e desempregados). Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/caged/> > acesso: 01 jul 2015.
- \_\_\_\_\_. Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES. *Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento*. Brasília: SENAES/MTE, 2006. 26 p. disponível em: < [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DE9018F1B32/TxtComplementar\\_ConfNacEconSolidária\\_Anais.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DE9018F1B32/TxtComplementar_ConfNacEconSolidária_Anais.pdf) >. Acesso em: 24 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. Conferência Nacional de Economia Solidária, 2 – CONAES. *Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável*. Brasília: SENAES/TEM, 2010. 49 p. Disponível em: < [http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1324&Itemid=1](http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1324&Itemid=1) > . Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *As origens recentes da Economia Solidária no Brasil*. [S. l.]: MTE, 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidária/as-origens-recentes-da-economia-solidária-no-brasil.htm>> Acesso em: 25 jun. 2015.

NAGEM, F. A.; SILVA S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. *Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NUNES, D. *Incubação de empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009. 350 p.

\_\_\_\_\_. *O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD\\_2361.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2019.

PINTO, Á. V. *Sete lições sobre educação de adultos*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 118 p.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. *Centro de Estudos Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho e formação. *Educ. Real*. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n.81, Maio/Ago. 2014.

SENAES (Secretaria nacional de Economia Solidária). *Atlas digital da economia solidária: Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*. 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 23 jul. 2015.

SILVA, L. S. Cooperativismo: possibilidades de desenvolvimento social na Educação de Jovens e Adultos. In: Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, 3. 2014, Taubaté. *Anais [...]* São Paulo: UNITAU, 2014. 22 p.

SINGER, P. Economia Solidária versus economia capitalista. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n.1-2, jun./dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. SENAES e a Economia Solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (Org.). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 360 p.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

VIEIRA, E. T. *Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX*. 2009. 178 p. Tese (doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.